

Espaço Público – Espaço Privado: reflexões sobre o espaço urbano metropolitano

Camila Orsi Trevisan

Ao discutir o conceito de espaço público é essencial apresentá-lo como um termo complexo, multidimensional e, principalmente, dicotômico e que só tem sentido na oposição com o ‘privado’, o qual acaba por definir-lhe as fronteiras. A ambigüidade fica ainda mais clara com a retrospectiva de alguns conceitos de ‘público’, a partir do senso comum: lugares e fluxos; controle social do poder; acesso irrestrito ou aberto a instâncias; determinação democrática de fins coletivos; criação e expansão de direitos; homem público e mulher pública; fé pública e clamor público; força pública e opinião pública.

Na conceituação de espaço público há de se estabelecer, segundo LAVALLE (2005), “três dimensões do ‘público’ correlacionados com seus adjetivos do mundo ‘privado’: 1.público versus privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; 2.público versus propriedade ou interesse particular e 3.público versus não difundido, de conhecimento particular ou restrito”.

O espaço público também pode ser concebido como o local de diferentes práticas sociais (contemporâneas), no qual grupos distintos requerem tanto o reconhecimento cultural quanto o político, aproximando-se, em parte, das concepções de espaço público do senso comum: controle social do poder, acesso irrestrito, determinação democrática de fins coletivos, entre outros. O espaço público pode, então, ser comparado à imagem de uma arena de controvérsia política em que o dissenso é parte integrante de sua natureza e não obstáculo a ser evitado, portanto democrático. PALLAMIN (2005) entende espaço público, “não como entidade pré-construída, mas espaço de confrontação, em movimento constante de constituição, em que distintos valores, projetos da vida social são efetivamente expostos”, ou seja, é o espaço ideal para as lutas de reconhecimento moral da sociedade moderna.

Ao optarmos por trabalhar com o conceito de espaço público não podemos nos esquecer de consultar a sua raiz primeira, o Espaço, sem adjetivação, pois ambos são elementos completamente relacionados. Segundo SANTOS (1996), o Espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações¹, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. SANTOS complementa a definição de espaço ao dizer que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”. (SANTOS, 1996, p. 51).

Há também, definido por SANTOS (1996) três modos de agir no Espaço Geográfico, a saber: o Agir Técnico, o Agir Formal e o Agir Simbólico. O primeiro diz respeito a todo e qualquer fenômeno técnico (materialidades, intencionalidades, circulação, trabalho e formas usadas, ou seja, técnicas e tecnologias existentes na totalidade); já o Agir Formal, engloba as esferas jurídicas, as leis e as normas

¹ “(...) Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”. (SANTOS, 1996, p. 51 e 52).

definidoras da ordem e da gestão do Espaço Geográfico, e, por fim, o Agir simbólico, que define as ações políticas, emotivas (sensoriais) e culturais. Portanto, estes três modos de agir compõem o Espaço Geográfico.

Ainda, segundo SANTOS (1996), o Espaço é um híbrido por definição, um composto de diferentes formas-conteúdos, o qual tem os seguintes elementos formadores: a sociedade, a economia e a política, que são, de maneira geral, os principais subuniversos, ou subtotalidades, formadoras do Espaço Geográfico, a totalidade por excelência.

Tais subtotalidades formam os conjuntos de existências concretas, ou seja, “visíveis” e “palpáveis” no território, e, também, as existências abstratas (simbólicas, culturais e jurídicas), enfim o Concreto Pensado, local onde ocorre a fusão da teoria e do empírico, ou seja, o encontro das diferentes relações atuais do mundo presentes no Espaço Geográfico e, principalmente, no espaço público, parte também integrante da totalidade, e selecionado como corpus “operacionalizável” da pesquisa.

Posicionamo-nos, assim como outros pesquisadores, contrários à “morte do espaço público”, mas defendemos que este está em constante transformação e que o espaço público atual carrega os traços do ‘ideal moderno da vida pública urbana’: ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se; idéia também compartilhada por PALLAMIN. Porém os espaços públicos que estão sendo criados nas grandes Metrôpoles contemporâneas negam o ideal de um espaço democrático onde os desacordos são parte integrante, e, ao contrário, assumem a desigualdade e a separação como valores estruturantes. Mas, CALDEIRA (2000) afirma, ainda, que “isso não significa a morte do espaço público, mas sim a transformação de um tipo de espaço para outro”.

Diferentes possibilidades de existência criadas pelos atores sociais, econômicos e políticos, somadas aos eventos/ações, dão origem ao Território Usado, uma totalidade cristalizada, mas esta é apenas um momento da Formação Sócio Espacial do Espaço e uma fração da totalidade, já que o Espaço esta sendo constantemente usado e, portanto, modificado por seus atores e por suas subtotalidades significantes, assim como o espaço público componente deste momento apreendido da totalidade.

Ao analisar o espaço público atual é preciso destacar a sua característica de possibilitador de encontros impessoais e anônimos; segundo SOBARZO (2006), “encontros estes que devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las em profundidade”. Esclarecemos que este enfoque do espaço público é oriundo da base teórico-metodológica lefebvriana da produção do espaço urbano, para quem a cidade é produto e condicionante da reprodução da sociedade, das relações sociais que se manifestam na prática sócioespacial, ou seja, o espaço construído é modificado nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade.

Outra questão importante acerca do significado de espaço público moderno é como ele pode ser definido frente aos novos produtos imobiliários-loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos. Estes seriam nomeados, segundo CARLOS (2001), de novos espaços ‘públicos’, semipúblicos ou pseudopúblicos. Todavia, são locais caricaturais da vida social moderna. Neles, é possível ocultar as diferenças e os conflitos, criando uma sociabilidade mais ‘*clean*’ ou até mesmo negando-a. Mas estas transformações do espaço público para espaço semipúblico acabam por esvaziá-lo de seu sentido tradicional de lugar de relações sociais, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, dos conflitos,

das rotinas. Ainda, segundo CARLOS (2001), “as relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços (modernos) são vigiados e controlados”.

No Brasil falta a distinção entre o conceito de público e de privado. Este último acaba restrito a propriedade e não aos direitos das pessoas. Oculto nesta ausência de direito está a dominação política, como, aliás, analisa SOBARZO (2006), ao mostrar que na invasão da esfera do público pelo privado, há o “intuito de reproduzir e consolidar as relações de poder”.

Ao transportar esta invasão da esfera do público pelo privado para a análise da produção do espaço urbano observa-se uma difícil e tensa relação entre o público e o privado, principalmente nas articulações entre o poder municipal e as elites locais. Estas ignoram o fato de que o poder municipal é o ‘zelador dos interesses coletivos’, ou seja, uma mistura de interesses públicos e privados que até mesmo, podem resultar em conflitos. Neste momento, como ponderou também SOBARZO (2006), o Estado apresenta-se como redutor das contradições, apenas “no plano das aparências”, pois a contradição é um aspecto marcante e inerente à sociedade capitalista e ao espaço produzido por ela.

No caso do espaço público, é possível afirmar que a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce o seu domínio (do ponto de vista legal e jurídico) tornando-o, então, o espaço de intervenção direta do poder público. O espaço público reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano e seus múltiplos conflitos de interesses que, de maneira geral, se resumem no conflito público-privado. Já o surgimento dos espaços públicos da elite, como não poderia ser diferente, está quase sempre associado ao questionamento da relação público-privado. Em primeiro lugar, porque os “espaços da elite” são fundamentalmente espaços privados ou de acesso restrito. Na produção desses espaços quase sempre está envolvido o poder público, seja na aplicação de recursos, implementação de obras, criação de leis, ou por omissão, deixando o processo acontecer à margem da legalidade.

No conflito travado entre as “duas dimensões do espaço”, espaço público e privado, percebemos claramente a forte presença de dois elementos, ou melhor, subuniversos, que compõe a totalidade do Espaço, a política e a economia. Os quais por sua vez, materializam-se no Espaço, segundo SANTOS, no modo de agir formal (jurídico e normativo) e, também, através das relações econômicas construídas, a qual, na maioria das vezes, manifesta-se antes da técnica da ação dos atores e onde também concentram-se a força dos agentes na produção dinâmica e contraditória do Espaço Geográfico.

Na teoria da produção do espaço urbano há a proposta de três níveis de análise: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana. Os três podem ser claramente observados no espaço público. O primeiro analisa, do ponto de vista das ações do poder municipal e das elites, a produção dos espaços públicos. Analisa também, as indefinições na defesa dos interesses públicos e privados. Já na acumulação de capital, surgem novos produtos imobiliários que atendem às regras de reprodução e a circulação do capital, estimulando a obsolescência de antigas formas e conteúdos. Desta forma, a cidade passa a ser “comprada e / ou consumida”, sem qualquer questionamento direto da relação entre o público e o privado. Porém, como mostra o terceiro nível de análise, a esfera da realização da vida materializa-se nos espaços públicos, aquele que efetivamente possibilita práticas cotidianas de lazer, de consumo e circulação. Enfim, o espaço urbano, transparece também como o Espaço Banal, composto por diversas ações, normas e objetos (materiais e imateriais); ou seja, um conjunto de existências e eventos cristalizados na cotidianidade urbana.

Ao analisar a produção do espaço urbano e a acumulação do capital apoiamos também em Lefebvre (1999), para quem a realidade do espaço recortado (vendido aos pedaços) remete ao desenvolvimento do mundo da mercadoria. A partir desta premissa, constatamos que a cidade também é construída e reconstruída à imagem do capitalismo, no sentido de auxiliar na superação das suas crises e “construir-se como parte das soluções espaciais”, assim como ocorre na totalidade do Espaço Geográfico.

Ao invés de pensar a produção do espaço público em termos da dominação que, segundo SOBARZO (2006), altera o caráter do público na cidade, podemos pensá-la também pela produção e apropriação desses espaços. Neste caso, o uso (pelo plano do vivido, do sentimento de pertencimento), por quem é construído e reconstruído diariamente, dará sentido genuíno ao espaço público. Segundo SOBARZO (2006), “é importante a coexistência da dominação e da apropriação no cotidiano do espaço urbano”. É importante a superação da dicotomia entre público e privado para compreender a apropriação e o avançar até uma concepção em que a complementaridade esteja presente, ainda que plena de contradições. Não se trata de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças, pois, segundo SOBARZO (2006), a relação entre o espaço público e o privado deve ser considerada como “produtores e produtos da apropriação”, criando relações de identidade e pertencimento aos seus usuários.

A apropriação do espaço público dá significado ao mesmo, interligando-o às esferas do privado. A apropriação é, também, um prolongamento do privado no público, efetuado mediante o uso, segundo MAYOL (2000), de uma ‘privatização corporal’, porque é feita pelo corpo do habitante que sai do espaço privado da casa (dentro) e vai ‘conquistando’ para seu uso, para a sua vida o espaço da rua.

O Estado interfere diretamente na produção socioespacial da cidade, pois tem múltiplos meios de hierarquizar o espaço urbano, seja através da divisão espacial do trabalho, seja criando e gerindo espaços de dominação. Neste processo surgem novas centralidades² e novas periferias; o que resultam na contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada³.

Desse modo, pode-se afirmar que o espaço público acaba sendo ‘vendido’ e apropriado pelo mercado antes mesmo de ser apropriado por seus usuários, ou pior, não chega sequer a ser idealizado, produzido e mantido pelo Poder Público, porque ainda não é um espaço economicamente interessante de ser mantido pelos cofres públicos. A acumulação do capital ignora o interesse e a necessidade coletiva dos espaços públicos.

O Estado que é o maior responsável pela produção de novas centralidades (políticas e econômicas), cria pólos de atração que redimensionam o fluxo das pessoas mudando o uso dos “planos de realização” da sua vida cotidiana. O processo de apropriação acaba se reduzindo a uma prática socioespacial esvaziada tanto pelo poder público como por seus usuários. Enfim, “no mundo moderno a prática socioespacial revela a contradição, como notou CARLOS (2001), entre a produção de espaço em função das necessidades econômicas e políticas e a reprodução do “espaço da vida social”⁴. Esta reprodução do espaço traz dois momentos distintos, primeiro, da

² “(...) Assim, realiza-se uma nova centralidade tendo por base a concentração do setor financeiro, serviços, sedes de indústrias em escritórios construídos para esse fim específico, com uma tecnologia definida para esse tipo de atividade, em um mercado globalizado, em decorrência de novas demandas do setor produtivo”. (CARLOS, 2001, p. 27).

³ “Esse fato é consequência da tendência que se esboça no mundo moderno, que transforma o espaço em mercadoria ou área de circulação, o que, tendencialmente, limitaria seu uso às formas de apropriação privada”. (CARLOS, 2001, p. 37).

⁴ “Estado intermedeia este processo. Por sua vez, esse processo aprofunda outra contradição do espaço, qual seja, a passagem do espaço produzido como valor de uso para um espaço que se reproduz visando a realização do valor de troca”. (CARLOS, 2001, p. 25).

imposição de uma racionalidade técnica e uma necessidade de acumulação para o Capitalismo e, segundo, o da reprodução da vida na Metrópole, a qual se realiza em relação contraditória, entre a necessidade e o desejo, uso e troca, identidade e não-identidade, estranhamento e reconhecimento que marcam a prática socioespacial e também redefinem as formas de apropriação do espaço.

A tendência à submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria; conseqüentemente, o esvaziamento das relações sociais, pela redução do conteúdo da prática socioespacial é a característica deste processo. No plano da realidade, o lugar da vida, acaba transformado, e adquire a característica de um espaço amnésico em sua relação direta com o tempo efêmero. Essa nova relação espaço-tempo redefine as relações sociais na Metrópole, caracterizando o momento atual.

O espaço vivido é também lugar da manifestação do individual e da experiência socializante, produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade da cidade. Neste ponto, reproduz-se a contradição entre a eliminação substancial e a manutenção persistente dos lugares de encontro e reencontro, da festa, da apropriação do público para a vida. CARLOS completa esta idéia ao afirmar que “o lugar é, assim, a porção do espaço apropriável para a vida”, revelando, no plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio, aproximando os de seus moradores criando possibilidades de encontro e preservando seu significado como elemento de sociabilidade. É que relações de vizinhança (ir às compras, caminhar, o encontro, o jogo, as brincadeiras) criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante-lugar. Ruas, praças e avenidas, com estas marcas particulares identificadoras, marcam o convívio e apresentam modos diferenciados de apropriação dos espaços públicos da Metrópole.

Ao lado dos espaços públicos da Metrópole nos deparamos com os “espaços semipúblicos, que tendem a substituí-los, como os espaços comerciais, galerias, *shopping centers*, por exemplo, onde os encontros, organizados e normatizados, são estranhos locais de exclusão. Neles há horário de funcionamento, abrem e fecham, são vigiados, não são acessíveis a qualquer hora ou dia, nem a ‘qualquer um’, contêm códigos e normas de uso. A improvisação e o local de reunião e de encontro, diminuiu, pois, seu uso é intermediado e regulamentado por códigos e normas, características de locais privados e excludentes da cidade de São Paulo.

A Metrópole moderna também se transforma em um mundo de imagens superpostas que se transfigura num vertiginoso e contínuo jogo de impressões brevíssimas, em um mundo sem espessura e sem memória. A fluidez do tempo elimina a sensação do que dura e persiste, criando um vazio preenchido por coações. Neste vácuo de sociabilidade o poder anula o uso e o tempo do uso dos lugares públicos. Assiste-se, assim, à constituição da *identidade abstrata*, mencionada por CARLOS (2001), produzida como conseqüência da extensão do mundo da mercadoria, que invade e transfigura a vida cotidiana.

O consumo do espaço, ou seja, a transformação do espaço do uso em espaço de troca (‘mutação em mercadoria’) implica profundas mudanças nos modos de uso. Portanto, o processo de reprodução do espaço produz novas contradições, suscitadas pela extensão do capitalismo, e pedem novo debate em torno do “espaço do consumo e o consumo do espaço” porque, como também notou CARLOS, há a “diminuição/normatização dos espaços públicos” aquela em que o uso do espaço para o lazer tende a se transfigurar em atividade paga.

Antigamente, a rua era uma extensão da casa e hoje se contrapõe a ela. As casas da Metrópole são trancadas, não havendo mais contato com a vizinhança; preservando assim, a individualidade e reforçando o privado. Desse modo, aquilo que era público, no

espaço privado, o que acontecia no ambiente da rua quase se fecha intra-muros. Os lugares da cidade se delimitam, se fecham e se tornam exclusivos, contraindo a sociabilidade na Metrópole, aprofundamento ainda mais a diferenciação entre o público e o privado. Esta tendência se agrava com a destruição de ruas e praças em antigos bairros, marcando o fim dos tradicionais pontos de encontro.

É preciso notar que não se trata, aqui, de opor o público ao privado. Na realidade, o espaço público tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, dos hábitos e dos costumes. Não se reduz àquele dos equipamentos coletivos, já que tem outro sentido enquanto possibilidade de apropriação múltipla funcionando como lugar de encontros/ desencontros. O público pode ser também o lugar da extensão do morar, onde as crianças podem brincar, os jovens namorar e todos podem se expor, conversar, reivindicar. Aqui, produz-se uma visibilidade que cria identidades, pela sensação de ‘pertencer’ ao grupo e ao lugar. Isso porque este tipo de uso guarda a dimensão da vida. É nesse sentido que o espaço público refere-se a “usadores”, e não a usuários de equipamentos coletivos – uma diferença que é fundamental. O uso da rua, marcada pelas formas de apropriação diferenciadas é momento privilegiado para o entendimento, para a organização da sociedade através de seus hábitos e costumes. A rua, tanto quanto a moradia, são o espaço real “onde se desenrola a vida”.

Expostas as diferentes e complementares definições de espaço público avaliamos pertinente a realização de uma reflexão conclusiva acerca da definição do mesmo. Ressaltamos ainda, que tal tarefa seja um tanto quanto complexa e desafiadora, pois o espaço público, como já foi relatado ao longo do texto, não é um conceito exato e hermético, e sim um conceito flexível, multidimensional e multidisciplinar.

De maneira geral, podemos dizer que o espaço público é o local da improvisação, do espontâneo, dos encontros, das rotinas, dos desacordos, do diálogo, da extensão do morar, do brincar, das atividades de lazer⁵, de se expor e reivindicar. Ao mesmo tempo é a possibilidade de diferentes modos de usos e de apropriações múltiplas como: a socialização, o descanso, o passeio e a contemplação da vida e do cotidiano das cidades enfim, o Espaço Público é genuinamente o espaço de vida coletiva urbana. O espaço público pode ser ainda os vazios e os espaços abertos como: os becos, travessas, passeios públicos, bulevares, avenidas, praças, ruas comerciais, estacionamentos, (...) parques, *playground*, pátios ferroviários, morros, vales, vias expressas, pontes.

Ressaltamos por fim, que o espaço público é um conceito dicotômico, só tendo sentido a sua oposição com o ‘privado’, ou seja, a sua complementaridade tem de estar presente; não se tratando de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças. Lembramos ainda que este é um subsistema importante da totalidade do Espaço Geográfico, já que podemos reconhecer nele os diferentes modos de agir e, principalmente, os elementos componentes (sociedade, economia e política) do mesmo; e destacar também a necessidade de utilizá-lo na reflexão do espaço público.

⁵ Idéia que na maioria das vezes é confundida com o conceito, ou melhor, ideal de Espaço Público da população em geral.

Bibliografia:

BEI, F. H. *As áreas livres de uso público no centro da cidade de São Paulo e suas funções na Contemporaneidade.* Tese de mestrado FFLCH- USP, Departamento de Geografia. São Paulo, 2003. Orientação: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro;

CARLOS, A. F. A. *Introdução.* In: Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana, p. 11 a 42, São Paulo, Contexto, 2001;

_____, A. F. A. *O Consumo do Espaço.* In: Novos Caminhos da Geografia, p.173 a 186, São Paulo, Contexto, 2002;

LAVALLE, A. G. *As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria.* In: Espaço & Debates 46. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005. p. 33 a 44;

PALLAMIN, V. M. *Espaço público e as lutas por reconhecimento.* In: Espaço & Debates 46. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005. p. 55 a 61;

QUEIROGA, E. F. *A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.* – São Paulo, 2001. Tese de Doutorado. FAU/USP. Orientação Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza;

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção, São Paulo, Hucitec, 1996;*

_____, M. *Espaço & Método Consumo do Espaço,* São Paulo, Nobel, 1997;

SOBARZO, Oscar. *A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação.* In: GEOUSP, Espaço e Tempo 19. Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – nº. 19 (2006) – São Paulo: FFLCH/USP, 2006. p. 93 a 111;